


**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PERSPECTIVAS, PRÁTICAS  
E DESAFIOS**

**ACCESSIBILITY AND INCLUSION IN HIGHER EDUCATION: PERSPECTIVES, PRACTICES  
AND CHALLENGES**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.048-011>

**Zilka Sulamita Teixeira Maia**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo  
E-mail: zilka.teixeira@faesa.br

**Lilian de Oliveira Batista**

Especialista em Neuropsicopedagogia pelo Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni – DOCTUM  
E-mail: lilian.oliveira@faesa.br

**Leyciany Soares Helmer Polez**

Especialista em Educação Especial pelo Centro de Ensino Superior de Vitória, em Intervenção ABA pela  
Faculdade Metropolitana de Estado de São Intervenção  
E-mail: leyciany.polez@faesa.br

**Willian Vicente Zanotti**

Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental pelo Centro Universitário Uninter  
E-mail: willian.zanotti@faesa.br

**Carla Letícia Alvarenga Leite**

Mestra em Ciências Fisiológicas pela Universidade Federal do Espírito Santo  
E-mail: carla.leite@faesa.br

**RESUMO**

Este capítulo analisa as perspectivas, práticas e desafios da acessibilidade e da inclusão na Educação Superior, a partir de uma pesquisa documental realizada com base nos documentos institucionais da FAESA Centro Universitário referentes ao ano de 2025. O objetivo do estudo é compreender como a instituição organiza suas práticas inclusivas em consonância com seus valores. A metodologia adotada caracteriza-se como pesquisa qualitativa de natureza documental, tendo como corpus relatórios semestrais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (NAPE), regulamentos institucionais, a Política de Acessibilidade e Inclusão e o Programa de Acolhimento Pleno aos Estudantes. Os resultados evidenciam a consolidação de uma política institucional estruturada, fundamentada no acolhimento pleno, na atuação sistemática do NAPE e na organização de fluxos claros para identificação de demandas, elaboração de planos de apoio e acompanhamento longitudinal dos estudantes. As análises indicam coerência entre as práticas desenvolvidas e as diretrizes legais nacionais, destacando-se a adoção de adaptações razoáveis, o respeito às diretrizes curriculares e o equilíbrio entre flexibilização pedagógica e rigor acadêmico. Identifica-se,

contudo, o desafio da crescente complexidade dos estudos de caso, especialmente no atendimento a estudantes com múltiplas demandas associadas, o que requer intervenções multidimensionais e formação continuada dos profissionais. Conclui-se que a experiência analisada contribui para a compreensão da educação inclusiva como projeto institucional permanente, reafirmando a inclusão como compromisso ético, pedagógico e organizacional na Educação Superior.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; Acessibilidade na Educação Superior; Políticas institucionais; Acolhimento pleno.

### ABSTRACT

This chapter analyzes the perspectives, practices and challenges of accessibility and inclusion in Higher Education, based on documentary research carried out based on the institutional documents of FAESA Centro Universitário for the year 2025. The objective of the study is to understand how the institution organizes its inclusive practices in line with its values. The methodology adopted is characterized as qualitative research of a documentary nature, using as corpus biannual reports from the Student Psychopedagogical Support Center (NAPE), institutional regulations, the Accessibility and Inclusion Policy and the Full Student Welcome Program. The results show the consolidation of a structured institutional policy, based on full acceptance, the systematic action of NAPE and the organization of clear flows for identifying demands, developing support plans and longitudinal monitoring of students. The analyzes indicate coherence between the practices developed and national legal guidelines, highlighting the adoption of reasonable adaptations, respect for curricular guidelines and the balance between pedagogical flexibility and academic rigor. However, the challenge of the increasing complexity of case studies is identified, especially when serving students with multiple associated demands, which requires multidimensional interventions and continued training of professionals. It is concluded that the experience analyzed contributes to the understanding of inclusive education as a permanent institutional project, reaffirming inclusion as an ethical, pedagogical and organizational commitment in Higher Education.

**Keywords:** Inclusive education; Accessibility in Higher Education; Institutional policies; Full welcome.

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre acessibilidade e inclusão na Educação Superior, embora não seja recente, assume novos contornos diante das transformações sociais, políticas e normativas que caracterizam o cenário educacional contemporâneo, fundamentalmente a partir da universalização do acesso à educação básica em 2009 por meio da Emenda Constitucional 59/2009.

A ampliação do acesso à educação superior, aliada ao reconhecimento das múltiplas trajetórias estudantis, impõe às instituições o desafio de garantir não apenas o ingresso, mas também a permanência qualificada e o êxito acadêmico de estudantes com necessidades educacionais diversas.

No contexto brasileiro, a consolidação de um arcabouço legal voltado à educação inclusiva reforça a compreensão da educação como direito de todos. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece que o sistema educacional deve organizar-se como sistema inclusivo em todos os níveis, assegurando o desenvolvimento máximo das potencialidades dos estudantes, segundo suas características, interesses e necessidades. Esse princípio foi recentemente reafirmado e aprofundado com a promulgação do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

O referido decreto atualiza diretrizes e responsabilidades ao estabelecer a garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em todos os níveis e modalidades de ensino, a implementação de adaptações razoáveis alinhadas às diretrizes curriculares nacionais e a eliminação sistemática de barreiras que impeçam a participação plena dos estudantes. No âmbito da Educação Superior, essas diretrizes demandam das instituições uma reorganização de políticas, práticas pedagógicas e processos institucionais.

É nesse cenário que se insere a experiência da FAESA Centro Universitário. Alinhada à sua missão institucional, “Promover o desenvolvimento social por meio do conhecimento”, a FAESA vem consolidando, ao longo dos últimos anos, uma política de acessibilidade e inclusão sustentada no Acolhimento Pleno, na personalização das trajetórias acadêmicas e na estruturação de um Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (NAPE) nos diferentes campi.

Como instituição de excelência centrada no sucesso do estudante, a FAESA adota como proposta de valor o **Acolhimento**, a **Inovação**, o **Empreendedorismo** e a **Sustentabilidade**.

No que se refere ao **Acolhimento**, a FAESA desenvolve uma experiência acadêmica centrada no estudante, pautada na escuta ativa, na empatia e no reconhecimento das singularidades e potencialidades de cada indivíduo. Com base nesse compromisso, promove uma experiência de ensino e aprendizagem sustentada no diagnóstico das necessidades individuais, na permanência e no engajamento dos estudantes, por meio de práticas pedagógicas e serviços de suporte que favoreçam seu desenvolvimento integral.

O acolhimento configura-se como uma prática ativa de cuidado, escuta e mediação, essencial para que os estudantes vivenciem plenamente a experiência FAESA.

O regulamento do NAPE, a Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão e os relatórios semestrais produzidos ao longo do ano de 2025 evidenciam um processo institucional amadurecido, comprometido com a eliminação de barreiras, a organização de serviços especializados e a promoção de condições equitativas de aprendizagem. A criação do Comitê de Diversidade, Inclusão e Bem-Estar reforça

essa perspectiva ao instituir instâncias de governança, revisão normativa e monitoramento das ações inclusivas.

Diante desse contexto, este estudo tem como **objetivo geral** analisar as perspectivas, práticas e desafios da acessibilidade e da inclusão na Educação Superior, tomando como referência os documentos institucionais da FAESA produzidos no ano de 2025. Busca-se, assim, compreender como uma instituição de educação superior tem se organizado diante das novas exigências legais e das demandas crescentes de seus estudantes, contribuindo para o debate acadêmico sobre políticas inclusivas na educação superior brasileira.

## 2 TEORIA E MÉTODO

A educação inclusiva, enquanto paradigma contemporâneo, fundamenta-se na compreensão de que a diversidade é constitutiva do processo educacional e de que cabe às instituições organizarem-se para garantir acesso, participação, aprendizagem e sucesso acadêmico a todos os estudantes. Nessa perspectiva, a inclusão não se limita à ampliação de vagas ou ao atendimento pontual, mas pressupõe mudanças estruturais nas culturas, políticas e práticas institucionais.

A efetivação da educação inclusiva exige a transformação das instituições, superando modelos centrados na normalização, na segregação ou em práticas compensatórias que mantêm a exclusão sob outras formas, exige reflexão sobre procedimentos e práticas e estruturação de estruturas de suporte aos estudantes, aos professores, coordenadores e a toda a comunidade acadêmica.

No contexto brasileiro, Mantoan (2003) destaca que a inclusão não se restringe à presença física do estudante na instituição, mas implica a reorganização pedagógica e institucional, rompendo com lógicas integracionistas e afirmando o direito à diferença. Para a autora, a educação inclusiva pressupõe a revisão das formas tradicionais de ensinar, avaliar e organizar o currículo, de modo a assegurar a participação efetiva de todos os estudantes no processo educativo. Essa concepção é reforçada por Carvalho (2004), ao enfatizar que a inclusão exige clareza conceitual e compromisso ético, evitando práticas que, embora apresentadas como inclusivas, reforçam processos seletivos e excludentes.

Beyer (2010) contribui para o debate ao problematizar as barreiras atitudinais, ressaltando que a efetivação da inclusão depende da transformação das concepções, expectativas e atitudes que atravessam o cotidiano educacional. Segundo o autor, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes frequentemente estão menos relacionadas às suas condições individuais e mais às barreiras impostas pelos contextos institucionais. Assim, a formação dos profissionais e a revisão das práticas pedagógicas tornam-se elementos centrais na consolidação de ambientes educacionais inclusivos.

Mittler (2000), por sua vez, destaca o papel das políticas públicas e da responsabilização institucional na construção de sistemas educacionais inclusivos. Para o autor, a inclusão requer articulação

entre legislações, políticas institucionais e práticas pedagógicas, de modo que o direito à educação seja efetivamente garantido ao longo de toda a trajetória escolar e acadêmica. Essa perspectiva dialoga diretamente com os princípios estabelecidos pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e pelas diretrizes internacionais da UNESCO (2005), que concebem a inclusão como condição indispensável para a promoção da equidade educacional.

A Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão da FAESA dialoga com esse referencial teórico ao compreender a inclusão como processo contínuo de transformação institucional, fundamentado na eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas, pedagógicas e atitudinais. Nessa direção, Moreira et al. (2011) ressaltam que a inclusão deve ser entendida como movimento cultural e político, que exige revisão permanente das práticas, dos discursos e das identidades institucionais, perspectiva que se faz presente nos documentos normativos da instituição.

Mais recentemente, o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, reforça esse entendimento ao estabelecer que as adaptações razoáveis devem respeitar as diretrizes curriculares nacionais e as competências essenciais à formação profissional, exigindo das instituições de Educação Superior equilíbrio entre flexibilização pedagógica e rigor acadêmico.

Esse arcabouço teórico tem fundamentado as práticas adotadas pela FAESA, especialmente no que se refere ao atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial (EE) e aos estudantes com transtornos funcionais específicos (TFE). Na instituição esses atendimentos são serviços estruturados que articulam inclusão, qualidade acadêmica e responsabilidade institucional.

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza documental, cujo objetivo é analisar políticas, normativas e práticas institucionais relacionadas à acessibilidade e à inclusão na Educação Superior. O estudo se propõe a compreender e interpretar fenômenos educacionais a partir da análise de documentos e produções teóricas já consolidadas. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos do estudo, permitindo ao pesquisador realizar interpretações críticas sobre dados, conceitos e normativas.

No campo educacional, esse tipo de abordagem mostra-se especialmente pertinente, pois possibilita a compreensão de políticas públicas, conceituações e práticas pedagógicas a partir de legislações, publicações científicas e documentos institucionais.

Sob a ótica da abordagem qualitativa, a pesquisa documental privilegia a interpretação dos significados, das concepções e das intencionalidades presentes nos documentos analisados, superando a mera descrição dos dados.

Conforme aponta Bossa (2007), a investigação qualitativa contribui para uma compreensão mais ampla dos processos educativos, ao valorizar o contexto, a subjetividade e as relações envolvidas no fenômeno estudado.

O corpus documental é composto por relatórios semestrais do NAPE de Vitória, de Linhares, de Cariacica e EaD, referentes aos períodos 2025/1 e 2025/2; Regulamento do NAPE; Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão (versão 2025.2); e Projeto do Comitê de Diversidade, Inclusão e Bem-Estar (2025–2026).

Os procedimentos analíticos envolveram leitura integral dos documentos, identificação de recorrências temáticas, categorização dos dados nos eixos perspectivas institucionais, práticas desenvolvidas e desafios identificados, e análise à luz do marco legal vigente e do referencial teórico da educação inclusiva.

No processo de organização, sistematização e análise do corpus documental, foi utilizado o recurso de Inteligência Artificial Copilot 365 (Microsoft) como ferramenta de apoio técnico. A IA foi empregada para auxiliar na sistematização dos dados, na organização textual, na verificação de coerência interna entre seções e na padronização linguística do texto acadêmico, sempre sob supervisão e curadoria intelectual das autoras. Todas as decisões analíticas, interpretações dos documentos, articulações teóricas e conclusões são de responsabilidade integral das autoras, preservando-se os princípios éticos, a integridade científica e a autoria intelectual do trabalho.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nessa seção trata-se de forma mais abrangente sobre as perspectivas, práticas e desafios no contexto da instituição. Para compreensão das dimensões das ações de inclusão na FAESA Centro Universitário, inicialmente recorreu-se a uma análise longitudinal do perfil dos estudantes acompanhados nas unidades da instituição, no período de 2022 a 2025. Essa análise é fundamental para compreender o movimento de ampliação dos públicos atendidos e evidencia mudanças significativas tanto no volume quanto na composição das demandas apresentadas, revelando um aumento progressivo da complexidade dos atendimentos e a diversificação dos perfis educacionais acompanhados.

Em seguida os aspectos relativos às perspectivas, práticas e desafios se apresentam a partir da análise documental.

#### **3.1 ANÁLISE LONGITUDINAL 2022/1 A 2025/2**

Ao longo da série histórica analisada, observa-se um crescimento expressivo e consistente do contingente de estudantes vinculados à Educação Especial (EE), com destaque para aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esse grupo apresenta uma trajetória de expansão contínua, marcada por

sucessivos aumentos ao longo dos semestres, alcançando, nos períodos mais recentes, um patamar significativamente superior ao observado no início da série, o aumento foi de 8 vezes quando comparado ao período inicial. Tal movimento aponta para a ampliação dos processos de acesso e de identificação institucional, bem como para maior permanência desses estudantes na instituição, o que implica o fortalecimento de ações voltadas ao planejamento educacional individualizado, à formação docente e ao acompanhamento pedagógico e psicopedagógico de caráter longitudinal.

Fenômeno semelhante, ainda que menos acentuado, pode ser identificado entre os estudantes com deficiências física, visual ou auditiva, incluindo casos de cegueira e síndrome de Irlen. Nesse conjunto, o comportamento dos dados revela um período inicial de relativa estabilidade, nos três primeiros anos, seguido por oscilações e posterior retomada do crescimento, consolidando uma demanda que se mantém ao longo do tempo. Embora não se trate de um percurso linear, a permanência desse público reforça a necessidade de políticas contínuas de acessibilidade física, comunicacional, tecnológica e pedagógica, evidenciando que tais demandas não se configuram como episódicas, mas estruturais.

No caso do atendimento aos estudantes com deficiência intelectual, o quantitativo permanece reduzido quando comparado aos demais atendimentos com pouca variação ao longo da série histórica. Ainda que numericamente menos expressivo, trata-se de um grupo que tende a demandar níveis elevados de acompanhamento pedagógico e psicopedagógico, muitas vezes de forma intensiva e prolongada. Esse aspecto reforça a importância de análises que não se limitem à dimensão quantitativa, mas que considerem a complexidade, a intensidade e a duração dos apoios necessários para garantir condições efetivas de participação acadêmica.

Embora não integrem formalmente o público-alvo da Educação Especial, optou-se, neste estudo, por incluir a análise dos estudantes com Transtornos Funcionais Específicos (TFE), bem como de outros atendimentos realizados pelo Nape a diferentes públicos, considerando o papel estratégico desse núcleo na mediação das dificuldades relacionadas à aprendizagem e à permanência no ensino superior.

Nesse contexto, destaca-se o crescimento acentuado do grupo de estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Ao longo da série histórica, observa-se uma ampliação expressiva desse público, com manutenção de níveis elevados de atendimento nos períodos mais recentes, crescimento foi de 5 vezes comparando o período final com o inicial. Esse crescimento indica uma alteração relevante no perfil das demandas institucionais, sinalizando a intensificação de necessidades relacionadas à organização dos estudos, à atenção, à autorregulação e à adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas.

Em contraste, o grupo identificado como TFE – Dislexia e Outros mantém representatividade reduzida ao longo de praticamente toda a série, apresentando apenas oscilações discretas e um crescimento mais perceptível apenas nos períodos finais. Essa diferença entre os distintos transtornos funcionais

específicos pode refletir tanto processos diferenciados de identificação e encaminhamento quanto maior visibilidade institucional e social do TDAH em relação a outros transtornos de aprendizagem.

No âmbito dos Apoios às Aprendizagens em Questões Emocionais (AAPSI), os dados evidenciam uma trajetória marcada por crescimento expressivo nos períodos iniciais, seguido de redução gradual nos semestres subsequentes. A expansão inicial sugere um movimento institucional de ampliação do acesso ao serviço, especialmente em um contexto pós-pandemia, caracterizado pela intensificação das demandas emocionais. A retração observada posteriormente pode estar associada à reorganização dos fluxos de atendimento, ao fortalecimento de ações preventivas e à redistribuição de parte das demandas para acompanhamentos mais especializados. Numa análise geral, os números sofreram variação mas se mantêm equilibrados quando se observa o primeiro semestre da análise e o último com uma redução leve em 2025/2.

Por sua vez, o Apoio às Aprendizagens em Questões de Organização de Estudo (AAPED) apresenta comportamento oscilante ao longo da série histórica, alternando momentos de crescimento e retração, mantendo um número de atendimentos maior no último semestre analisado. Tal padrão sugere forte influência das dinâmicas próprias da Educação a Distância, das adaptações tecnológicas e das exigências de mediação pedagógica em contextos de ensino remoto ou híbrido, nos quais a autonomia discente e a capacidade de gerenciamento do tempo assumem papel central para a permanência acadêmica.

Por fim, o Programa Unificar, destinado ao acompanhamento de estudantes em situação de sofrimento psíquico e com comportamento suicida, mantém presença constante ao longo de toda a série histórica analisada. Ainda que não apresente crescimento acelerado, a estabilidade do público atendido ao longo dos períodos evidencia a permanência de demandas relevantes no campo da saúde mental estudantil. Tal constância reforça o caráter estrutural dessas necessidades e destaca o Programa Unificar como uma política institucional estratégica e permanente, fundamental para a prevenção de agravamentos, para a promoção do cuidado contínuo e para a sustentação de condições de permanência acadêmica em contextos de vulnerabilidade psíquica.

Assim, a análise do perfil dos estudantes ao longo dos períodos evidencia crescimento expressivo dos estudantes do público da Educação Especial, especialmente com TEA; aumento significativo de estudantes com TDAH; diversificação das demandas por apoio pedagógico e psicopedagógico; e crescente complexidade dos estudos de caso, em função da coexistência de múltiplas necessidades educacionais, emocionais e organizacionais.

Esses dados reforçam a necessidade de manutenção de políticas institucionais inclusivas, formação continuada das equipes e manutenção de estruturas especializadas capazes de responder, de forma ética e qualificada, às transformações do perfil discente na Educação Superior.

### 3.2 PERSPECTIVAS, PRÁTICAS E DESAFIOS

Os resultados permitem observar tanto a estruturação dos serviços quanto a ampliação quantitativa e qualitativa das ações voltadas ao acolhimento e suporte aos estudantes da Educação Especial (EE), dos Transtornos Funcionais Específicos (TFE) e daqueles que demandam apoio pedagógico e emocional.

O regulamento do NAPE e os relatórios evidenciam uma estrutura institucional permanente, organizada a partir da política de acessibilidade, do Acolhimento Pleno e dos princípios que orientam o funcionamento da educação inclusiva na FAESA. O núcleo atua de maneira interdisciplinar e articulada com as coordenações, professores, setores administrativos e com o Comitê de Diversidade, Inclusão e Bem-Estar.

Essa articulação é formalizada nos regulamentos, que determinam atribuições específicas, fluxos de atendimento e responsabilidades das equipes.

A Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão, reforça que a inclusão depende da eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e atitudinais, e estabelece princípios que orientam a atuação institucional, alinhando-se integralmente ao Decreto nº 12.686/2025.

O Comitê de Diversidade, Inclusão e Bem-Estar, instituído em 2024 e operacionalizado ao longo de 2025, é responsável por revisar políticas, propor indicadores, uniformizar fluxos e acompanhar a implementação das ações inclusivas em toda a instituição. Seu plano de trabalho estabelece a atualização de regulamentos, revisão da política institucional e acompanhamento sistemático das ações voltadas ao atendimento de estudantes EE e TFE.

Essa estrutura revela uma política de governança inclusiva em consolidação, capaz de integrar diferentes setores e assegurar coerência entre diretrizes, protocolos e práticas.

O NAPE tem por objetivos promover o mapeamento do perfil dos estudantes, visando ao acolhimento e ao acompanhamento daqueles que apresentam necessidades educacionais específicas, bem como monitorar, de forma sistemática, o desempenho acadêmico dos estudantes em geral.

Busca, ainda, desenvolver ações destinadas à eliminação de barreiras que restrinjam a participação e o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, tendo como princípio a garantia do direito de todos ao acesso, à permanência e ao sucesso na Educação Superior.

Contribui para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem por meio do apoio psicopedagógico aos estudantes acompanhados, atuando também no assessoramento pedagógico aos professores, em articulação com o Núcleo de Apoio ao Docente.

Compete ao NAPE estimular e desenvolver programas e projetos voltados ao bem-estar da comunidade acadêmica, bem como pesquisar, estruturar e implementar inovações pedagógicas que promovam o acolhimento pleno e favoreçam o êxito do estudante ao longo de toda a sua trajetória acadêmica.

Também lhe cabe incentivar a inovação no processo educacional, em consonância com o modelo pedagógico institucional e seus pilares — personalização, experimentação e tecnologia —, assegurando o aprimoramento contínuo do ensino-aprendizagem por meio do apoio psicopedagógico aos alunos, do assessoramento pedagógico aos docentes e do uso de tecnologias educacionais acessíveis que potencializem e dinamizem esse processo.

O NAPE fomenta a pesquisa em educação e a reflexão do corpo docente e técnico acerca do desenvolvimento e da acessibilidade metodológica, assim como do uso de ferramentas tecnológicas, com vistas ao protagonismo do aluno, estudando permanentemente estratégias de aprimoramento sistemático do processo ensino-aprendizagem.

Também coordena e participa de comissões e assessorias, compostas por membros internos e externos, sempre que necessário, para atendimento de demandas específicas, assegurando o cumprimento das diretrizes institucionais e a atualização da documentação que fundamenta o modelo pedagógico institucional.

Por fim, compete ao NAPE registrar, semestralmente, em relatório próprio, as ações desenvolvidas, indicando conceito, metodologia, resultados e considerações, bem como comunicar e publicar as pesquisas, os resultados e as inovações promovidas e/ou fomentadas pelo Núcleo.

Nesse contexto, a instituição dispõe de um conjunto expressivo de serviços prestados pelo NAPE, que podem ser organizados em cinco grandes frentes:

Os serviços de apoio oferecidos pelo NAPE são estruturados de acordo com o perfil do público-alvo atendido, organizando-se em ações específicas que visam ao acolhimento, ao acompanhamento e ao sucesso acadêmico dos estudantes.

O serviço de **Integração de Estudantes Ingressantes** tem como objetivo acolher e integrar os novos estudantes à vida acadêmica, promovendo o mapeamento de perfis e a preparação metodológica para o uso das ferramentas tecnológicas adotadas nos cursos. Esse serviço compreende a realização da pesquisa de mapeamento do perfil dos ingressantes, o acolhimento institucional, a identificação dos estilos de aprendizagem, o treinamento para uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA FAESA) e o treinamento para utilização da Biblioteca Virtual.

O **Atendimento aos Estudantes da Educação Especial** visa mapear as necessidades educacionais específicas, elaborar planos de apoio e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras à plena participação acadêmica.

As etapas desse serviço envolvem a identificação dos estudantes e a análise das necessidades, mediante estudo de caso para identificação de barreiras e levantamento de informações relevantes do histórico acadêmico, clínico e pessoal; a elaboração do Plano de Apoio Psicopedagógico, contemplando definições de adaptações, contratações, realocação de espaços, formação docente, acionamento da família

e indicações pedagógicas; a aplicação de metodologia voltada à organização da rotina e dos estudos; o acompanhamento e monitoramento do plano, com agendamento periódico de encontros de apoio psicopedagógico, acompanhamento das atividades acadêmicas e análise dos resultados dos ciclos avaliativos (C1, C2 e C3) por meio de roteiro estruturado; e, por fim, a análise dos resultados e o aprimoramento das estratégias adotadas para ajustes no semestre subsequente.

O serviço de **Apoio aos Estudantes com Transtornos Funcionais Específicos** tem como finalidade mapear as necessidades, elaborar planos de apoio e organizar recursos pedagógicos adequados ao acompanhamento desses estudantes. Suas etapas incluem a identificação dos estudantes e a análise das necessidades, a realização de anamnese para identificação das necessidades e levantamento de informações relevantes dos históricos acadêmico, clínico e pessoal; a elaboração do Plano de Apoio Psicopedagógico para definição de adaptações necessárias; e a análise dos resultados obtidos, com aprimoramento das estratégias para ajustes no semestre subsequente.

O **Apoio às Aprendizagens com foco na Organização dos Estudos** destina-se a mapear a rotina e os hábitos de estudo dos estudantes, oferecendo suporte estruturado para a organização dos estudos por meio de estratégias pedagógicas personalizadas, de acordo com suas demandas.

Esse serviço contempla o diagnóstico inicial da rotina e dos hábitos de estudo, o planejamento e a organização da rotina e dos estudos, o acompanhamento individualizado e a disponibilização de materiais didáticos voltados à organização da rotina acadêmica.

O **Apoio às Aprendizagens em Questões Emocionais** tem como objetivo conhecer o perfil psicológico e socioemocional dos estudantes dos cursos de graduação da FAESA, a fim de elaborar intervenções individuais e coletivas que auxiliem no controle da ansiedade, especialmente nos períodos que antecedem as avaliações. As etapas desse serviço incluem a escuta inicial, a realização de indicações qualitativas e o monitoramento das orientações propostas.

O **Programa Unificar** tem como finalidade acolher, organizar e padronizar as atividades de acompanhamento e manejo de estudantes em situação de sofrimento psíquico que possa resultar em ideação suicida e/ou risco de tentativa de suicídio. O programa estrutura-se em três etapas: a prevenção, que envolve ações de informação, formação, adequação, acolhimento e acompanhamento; o manejo, realizado de forma articulada entre a FAESA, a família e profissionais externos; e a pósvenção, voltada ao acompanhamento da família, dos conviventes no ambiente acadêmico e da equipe FAESA.

Do ponto de vista estratégico, os serviços são acompanhados pela gestão da instituição e pela equipe, visando a melhoria contínua para a inclusão e possuem indicadores de monitoramento, quais sejam: 100% dos ingressantes com a pesquisa respondida; e, 100% dos estudantes indicados para acompanhamentos acompanhados e assistidos pelo NAPE.

A instituição normatizou o plano de apoio aos estudante, conforme demandas pontuais e para o públicos EE e/ou TFE, dentre as principais indicações registram-se reuniões de acompanhamento das adaptações e para suporte (semanais ou quinzenais), implementação de metodologia própria para organização de estudos; reuniões com as famílias nos períodos marcos do semestre (início do semestre, após os períodos de avaliação); realização de atividades em contraturno; formação de professores e informação sobre o perfil dos estudantes; leitura de provas e textos (Ledor); transcrição de provas (Transcritor); apoio em sala de aula; apoio para alimentação, locomoção e higienização.

Os professores implementaram ações como planejamento da disciplina (seleção de estratégias e instrumentos de verificação da aprendizagem) a partir do perfil da turma; organização sistemática do Ambiente Virtual de Aprendizagem; apresentação da disciplina e de ajustes no planejamento, dando previsibilidade aos estudantes; indicação materiais de apoio acessíveis; realização de diagnóstico de conteúdo; adaptação de provas (texto-base, enunciados e alternativas claros e objetivos; comandos destacados em negrito, questões enumeradas e com a pontuação de cada uma, tamanho padrão/ampliada ou super ampliada, conforme demanda; subdivisão/fracionamento das questões em itens sempre que houvesse mais que um comando) e de trabalhos acadêmicos (roteirização, atribuição de papéis e indicação do formato de entrega e apresentação); adaptações em materiais didáticos; realização de feedback construtivo; e comunicação clara e objetiva na sala física e na sala virtual.

Os estudantes que demandavam local com menos estímulos e/ou tempo estendido, faziam as avaliações em espaços e tempos diferenciados. Os que demandaram ledor e transcrito foram assistidos por profissionais qualificados para o serviço, conforme planejamento da equipe do Nape.

A FAESA sustenta uma compreensão da inclusão como projeto institucional, e não como conjunto fragmentado de intervenções. A Política de Acessibilidade e Inclusão, atualizada em 2025, reafirma esse compromisso, estabelecendo princípios que dialogam diretamente com o Decreto nº 12.686/2025, especialmente no que se refere à criação de redes educacionais inclusivas, à adoção das adaptações razoáveis e à oferta contínua do atendimento aos estudantes da educação especial.

O Comitê de Diversidade, Inclusão e Bem-Estar desempenha papel central nesse processo ao revisar documentos institucionais, propor fluxos, fortalecer protocolos e acompanhar a implementação das ações em todas as unidades de conhecimento, conferindo organicidade à política institucional.

O NAPE, as Coordenações e os Professores implementam práticas claramente estruturadas e problematizadas cotidianamente para aprimoramento, do estudo do caso do estudante, passando pela elaboração do plano de apoio, definição de adaptações curriculares de pequeno porte, acompanhamento longitudinal e reuniões de alinhamento com as unidades de conhecimento.

As adaptações adotadas pelos docentes refletem o equilíbrio necessário entre flexibilização pedagógica e manutenção das competências essenciais previstas nas diretrizes curriculares nacionais, conforme as orientações da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

O trabalho desenvolvido na integração dos ingressantes demonstra atenção ao diagnóstico precoce das necessidades dos estudantes, ação fundamental para o planejamento de intervenções adequadas e para a prevenção de barreiras que poderiam comprometer a permanência e o êxito acadêmico.

É importante salientar que, a análise dos documentos institucionais permite identificar desafios importantes para o fortalecimento da política inclusiva da FAESA, quais sejam, **estruturais (necessidade de análise semestral de profissionais** dos NAPes diante do aumento expressivo das demandas, enfoque qualitativo e quantitativo; adequação de espaços e recursos especializados ao volume crescente de atendimentos; formação continuada dos docentes das unidades de conhecimento para atuação sensível às singularidades dos estudantes; consolidação de práticas avaliativas compatíveis com as adaptações; mediação entre flexibilização pedagógica e rigor exigido pelas diretrizes curriculares; atualização contínua de documentos institucionais e fluxos internos, em consonância com o novo marco regulatório; e, crescente complexidade evidenciada nos estudos de caso, especialmente no atendimento a estudantes com múltiplas demandas associadas, exigindo análises minuciosas, planos de apoio multidimensionais e maior articulação com as unidades de conhecimento.

#### 4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A análise das perspectivas, práticas e desafios da acessibilidade e da inclusão na Educação Superior, a partir dos documentos institucionais da FAESA Centro Universitário produzidos ao longo de 2025, evidencia um processo de consolidação de uma política inclusiva alinhada às transformações sociais, normativas e pedagógicas que atravessam o cenário educacional contemporâneo. O estudo permite concluir que a instituição tem avançado de forma consistente na construção de uma cultura institucional comprometida com o direito ao acesso, à permanência qualificada e ao sucesso acadêmico de estudantes com diferentes perfis, trajetórias e necessidades educacionais.

Os resultados revelam que a FAESA compreende a inclusão como um projeto institucional contínuo, estruturado e transversal, e não como um conjunto fragmentado de ações ou respostas pontuais às demandas emergentes. Essa compreensão materializa-se na articulação entre a Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão, o regulamento e a atuação do NAPE, a criação e operacionalização do Comitê de Diversidade, Inclusão e Bem-Estar, bem como nos processos de monitoramento, avaliação e registro sistemático das ações desenvolvidas. Tal estrutura de governança confere coerência, sustentabilidade e intencionalidade às práticas inclusivas implementadas, em consonância com o Decreto nº 12.686/2025 e com o referencial teórico da educação inclusiva.

A análise longitudinal do perfil dos estudantes acompanhados entre 2021 e 2025 evidencia mudanças significativas no contingente e na complexidade das demandas atendidas, com destaque para o crescimento expressivo de estudantes do público da Educação Especial, especialmente aqueles com Transtorno do Espectro Autista, e para o aumento relevante de estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. Esses dados corroboram a ampliação do acesso à Educação Superior e reforçam a necessidade de políticas institucionais capazes de responder não apenas à dimensão quantitativa, mas também à intensidade, à duração e à multidimensionalidade dos apoios requeridos para garantir condições efetivas de aprendizagem e participação acadêmica.

Nesse sentido, as práticas desenvolvidas pelo NAPE demonstram elevada aderência aos pressupostos da educação inclusiva defendidos por autores como Mantoan, Beyer, Mittler e Carvalho, ao priorizarem a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, comunicacionais e organizacionais, a personalização dos planos de apoio e a articulação permanente com docentes, coordenações, famílias e demais setores institucionais. As adaptações pedagógicas e avaliativas implementadas, conforme descrito nos documentos analisados, revelam esforço institucional em equilibrar flexibilização pedagógica e rigor acadêmico, respeitando as competências essenciais previstas nas diretrizes curriculares nacionais, conforme orienta a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

Destaca-se, ainda, a importância estratégica das ações de integração dos estudantes ingressantes e do diagnóstico precoce das necessidades educacionais, pedagógicas e emocionais, como elemento preventivo à evasão e às dificuldades acadêmicas posteriores. Da mesma forma, os serviços voltados à organização dos estudos, às questões emocionais e à saúde mental, especialmente por meio do Programa Unificar, evidenciam uma compreensão ampliada de inclusão, que ultrapassa o campo estrito da deficiência e incorpora o cuidado com o bem-estar psíquico e socioemocional como condição para a permanência e o êxito acadêmico.

Apesar dos avanços observados, a pesquisa evidencia desafios relevantes para o fortalecimento da política inclusiva da FAESA. Entre eles, destacam-se a necessidade de reavaliação periódica das equipes dos NAPES frente ao crescimento das demandas; a ampliação e adequação de espaços e recursos especializados; a intensificação da formação continuada dos docentes; o aprimoramento das práticas avaliativas inclusivas; a constante atualização dos documentos institucionais em consonância com o marco regulatório vigente; e o enfrentamento da crescente complexidade dos estudos de caso, especialmente daqueles que envolvem múltiplas demandas associadas. Esses desafios reforçam a compreensão da inclusão como processo dinâmico, que exige revisão permanente das práticas, dos fluxos institucionais e das concepções que orientam o fazer pedagógico.

Conclui-se, portanto, que a experiência da FAESA Centro Universitário contribui de forma significativa para o debate sobre acessibilidade e inclusão na Educação Superior brasileira, ao evidenciar

que a efetivação de políticas inclusivas demanda compromisso institucional, governança articulada, investimento contínuo em formação e estruturas de suporte. Ao sistematizar e analisar essa experiência, o presente estudo reafirma a inclusão como princípio ético, político e pedagógico indispensável à construção de uma Educação Superior socialmente referenciada, equitativa e comprometida com o desenvolvimento humano e social.

## REFERÊNCIAS

- BEYER, H. Mahmud. *A educação inclusiva e os desafios da escolarização*. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- BOSSA, Nádia A. *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2025.
- CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva com os pingos nos is*. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- FAESA Centro Universitário. *Relatório do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (NAPE – Vitória)*: semestre 2025/1. Vitória: FAESA, 2025.
- FAESA Centro Universitário. *Relatório do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (NAPE – Vitória)*: semestre 2025/2. Vitória: FAESA, 2025.
- FAESA Centro Universitário. *Relatório do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (NAPE – Cariacica)*: semestre 2025/1. Cariacica: FAESA, 2025.
- FAESA Centro Universitário. *Relatório do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (NAPE – Cariacica)*: semestre 2025/2. Cariacica: FAESA, 2025.
- FAESA Centro Universitário. *Regulamento do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (NAPE – Vitória)*. Vitória: FAESA, 2025.
- FAESA Centro Universitário. *Regulamento do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (NAPE – Cariacica)*. Cariacica: FAESA, 2025.
- FAESA Centro Universitário. *Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão*. Versão 2025.2. Vitória: FAESA, 2025.
- FAESA Centro Universitário. *Relatório do Comitê de Diversidade, Inclusão e Bem-Estar*. Vitória: FAESA, 2025.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é, por quê, como fazer*. São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. *Educación inclusiva: contextos sociales y culturales*. Madrid: Narcea, 2000.

MOREIRA, Ana; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ARROYO, Miguel. (orgs.). *Educação inclusiva: múltiplos olhares*. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. *Guidelines for Inclusion: Ensuring Access to Education for All*. Paris: UNESCO, 2005.